

A PRESENÇA INDÍGENA NO PENSAMENTO ESTADONOVISTA ATRAVÉS DO POEMA *MARTIM CERERÊ* DE CASSIANO RICARDO: algumas considerações

THE PRESENCE OF THE INDIGENOUS PEOPLE IN THE “ESTADONOVISTA” THOUGHT THROUGH THE POEM *MARTIN CERERÊ* OF CASSIANO RICARDO: some considerations

Rodrigo Luis dos Santos¹

RESUMO: Durante a concepção ideológica e política do Estado Novo no Brasil, entre 1937 e 1945, a tentativa construção uma identidade plenamente brasileira foi efetivada pelas autoridades. Além disso, a participação da intelectualidade brasileira foi incisiva. Neste sentido, buscamos evidenciar aspectos do uso do poema *Martim Cererê*, de Cassiano Ricardo, durante esta fase política do Brasil, mas, principalmente, analisar como a presença indígena é abordada nessa obra. Mesmo se tratando de um período em que a construção da identidade brasileira buscava suas bases na origem nativa, a percepção do indígena nessa construção ideológica e identitária é fortemente baseada em uma visão inferiorizante do mesmo, contribuindo para a continuidade de seu distanciamento social.

Palavras-chave: Indígenas. Cassiano Ricardo. Ideologia. Estado Novo.

ABSTRACT: During the ideological and political conception of the “Estado Novo” [“New State”] in Brazil, between 1937 and 1945, an attempt to build a Brazilian identity was undertaken by the authorities. In addition to that, the participation of Brazilian intellectuals was incisive. In this sense, we highlight aspects of the use of the poem *Martim Cererê*, of Cassiano Ricardo, during this political phase in Brazil, but mainly to analyze how the presence of the indigenous people is shown in this work. Although this was a period in which the construction of the Brazilian identity looked for its base in the country’s native origin, the perception of the indigenous people in this ideological and identity construction is strongly based on a inferiorizing view of them, thus contributing to the continuity of their social exclusion.

Keywords: Indigenous. Cassiano Ricardo. Ideology. “Estado Novo”.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, sobretudo no período denominado Estado Novo (1937-1945), o Brasil viu emergir de forma mais intensa, por parte das autoridades governamentais e de alguns setores da intelectualidade, ações visando formar uma identidade nacional genuinamente brasileira. Uma série de medidas foram tomadas pelo governo, abarcando aspectos edu-

cacionais, culturais, religiosos, linguísticos. Ao mesmo tempo, medidas de caráter coercitivo e repressivo foram implementadas, sobretudo em regiões onde a presença de populações de origem imigrante era mais forte, como no caso de estados do sul e do sudeste do país.

No tocante aos aspectos culturais, algumas obras literárias serão importantes dentro deste projeto de nacionalização e de consolidação de uma cultura brasilei-

¹ Graduado e mestre em História. Professor do Instituto Superior de Educação Ivoti (ISEI). Presidente da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras – ANPHCTB.

ra autêntica. Dentre alguns escritores brasileiros que deram suporte intelectual para o regime estadonovista, conforme acentua Lúcia Lippi Oliveira (2000), encontramos Cassiano Ricardo, autor de obras como *Marcha para Oeste* (1940) e *Martim Cererê* (1928).

Sobre o processo de nacionalização dos grupos étnicos de origem imigrante, como alemães, poloneses, japoneses e italianos, entre outros, temos um número significativo de obras. Mas nosso objetivo nesse artigo é analisar como ocorrera a abordagem da questão indígena pelas autoridades estadonovistas, assim como a presença indígena foi trabalhada em obras que se tornaram úteis para o regime, sobretudo no tocante ao fator étnico. O regime autoritário liderado por Getúlio Vargas teve como uma de suas características dar uma visibilidade maior para os grupos indígenas. Porém, essa visibilidade também estava pautada na dicotomia homem branco/indígena. Ao mesmo tempo em que as ações governamentais visavam incorporar, mesmo de forma abrupta, o estrangeiro e seu descendente ao ambiente nacional que se pretendia construir, o papel do indígena caba sendo, na prática, de passividade.

Para isso, escolhemos analisar aspectos do poema *Martim Cererê*, de Cassiano Ricardo. Embora lançado anos antes do golpe que instaurou o regime autoritário no Brasil, o poema de Cassiano Ricardo também está vinculado com uma ideologia nacionalista, que já circulava entre grupos intelectuais da década de 1920. Com a aproximação de Cassiano Ricardo e o governo de Getúlio Vargas, o escritor passou a ser listado entre os ideólogos do regime. Para melhor compreender a atuação de Cassiano Ricardo, faz-se necessário retomar brevemente alguns aspectos de sua trajetória.

2 SOBRE CASSIANO RICARDO: ALGUMAS NOTAS BIOGRÁFICAS

O paulista Cassiano Ricardo Leite nasceu na cidade de São José dos Campos, em 26 de julho de 1895. Bacharelou-se em Direito no ano de 1917, exercendo advocacia em São Paulo e no Rio Grande do Sul. A sua mudança para o estado sulino ocorreu por influência de um cunhado, de nome Arthur Caetano. Mudou-se com a família para a cidade gaúcha de Vacaria, no ano de 1918. Durante o período em que esteve no Rio Grande do Sul, por cerca de quatro anos, além do exercício da advocacia, também passou a trabalhar na área jornalística e a envolver-se com as questões políticas estaduais. Seu cunhado era opositor ao então presidente estadual, Antônio Augusto Borges de Medeiros, que também acumulava a liderança unipessoal do Partido Re-

publicano Rio-grandense (PRR). Além disso, por conta da advocacia, defendera membros da elite local que faziam oposição ao partido governante. Em 1922, quando ocorreram as eleições para o governo estadual, apoiou a candidatura do candidato opositor, Joaquim Francisco de Assis Brasil. As urnas (de forma fraudulenta) deram vitória a Borges de Medeiros, que assumiria seu quinto mandato como presidente estadual. Porém, dessa vez, a oposição não aceitaria o resultado eleitoral de forma passiva. Em 1923, eclode nova guerra civil no estado, pacificada apenas no final daquele ano, com um acordo entre Borges de Medeiros e a oposição, que ocasionaram mudanças na constituição estadual. Quando rebentou a guerra civil, Cassiano Ricardo já havia retornado para São Paulo.

Retornando para a cidade de São Paulo, além de continuar trabalhando como advogado, passou a integrar as fileiras do jornal *Correio Paulistano*, que era mantido pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Neste mesmo jornal trabalhavam Menotti del Picchia e Plínio Salgado. Neste período, já havia ocorrido a Semana da Arte Moderna de São Paulo (realizada em 1922), cujos desdobramentos permaneceriam pelos anos seguintes. Dentre as figuras mais representativas desse movimento modernista está Oswald de Andrade, a quem Cassiano Ricardo acusaria de “dar um tom muito afrancesado para o movimento modernista”.

Por conta dessa oposição, Cassiano Ricardo, juntamente com Cândido Mota Filho, Plínio Salgado e Menotti del Picchia, fundaria em 1926 os grupos *Verde-amarelo* e *Da Anta*. Com uma característica conservadora de direita, esse movimento propunha um retorno às origens da civilização brasileira, romantizando e mitificando sua gênese, em busca de uma “originalidade perdida”, e da “verdadeira” identidade nacional. Contudo, ao longo do tempo, Plínio Salgado enveredaria para outros rumos, aproximando-se da ideologia fascista, em movimento crescente na Europa, que dariam origem ao *Integralismo*, em 1932, articulando politicamente a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB), que, embora no início se apresentasse como um grupo sem interesse partidário-eleitoral, acabaria aderindo a esse modelo, como nas eleições ocorridas em 1935 para as Câmaras de Vereadores e Prefeituras Municipais.

Ao longo da década de 1920 e 1930, mesmo após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a quem no início não apoiara, Cassiano Ricardo continuou exercendo cargos no funcionalismo público paulista. Ao longo da década de 1930, ocorre uma aproximação de Cassiano Ricardo com o governo Vargas. Tanto é que, além de

ocupar cargos importantes e passar a atuar como um dos pensadores do regime estadonovista, entre 1941 e 1945 ocupará o cargo de diretor do jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, um dos principais órgãos impressos de divulgação do regime.

Ao longo dos anos seguintes, Cassiano Ricardo exerceu outras funções públicas, além de continuar com a sua trajetória de escritor. Faleceu aos 78 anos de idade, no Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 1974.

3 AS IDEIAS NACIONALISTAS DAS DÉCADAS DE 1930 E 1940 NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES

Como foi possível perceber, as ideias nacionalistas no Brasil, embora tenham ganhado um impulso mais significativo durante as décadas de 1930 e 1940, já estavam fortemente presentes na década de 1920, e até mesmo em períodos anteriores, tendo em vista as ideias de intelectuais e políticos como Silvio Romero e Alberto Torres. Contudo, diante do surgimento e do fortalecimento de ideias e regimes totalitários de direita, como o fascismo e o nazismo, e de esquerda, como o comunismo soviético, as décadas de 1930 e 1940 foram marcadas, notadamente, pela estruturação de um aparato governamental para transformar estas ideias (ou pelo menos algumas ideias selecionadas) em ações práticas. No Brasil, conforme Lúcia Lippi Oliveira (2000, p. 95-96),

após a Revolução de 30 e principalmente nos anos do Estado Novo (1937-1945), teve lugar um processo de construção ideológica que procurou construir a cultura política nacional sobre dois pilares: a busca das raízes brasileiras e a implantação de um Brasil moderno. Neste processo de demarcação do que seria genuinamente nacional, estiveram em jogo três grandes modelos fundadores da sociedade brasileira: o do patriarcado expresso na casa grande, o modelo “democrático” da bandeira e do “espiritualismo” da sociedade mineira. Cada uma dessas correntes apelou para fatos históricos, obteve adeptos e contou com a contribuição de inúmeros intelectuais, valendo lembrar Gilberto Freyre, Cassiano Ricardo e Alceu Amoroso Lima, entre os mais importantes, que tiveram papel relevante no espaço intelectual do Estado Novo.

A partir de 1932, o Brasil vê o surgimento de movimentos politicamente mais articulados, que defendem a bandeira da nacionalidade e da identidade brasileira de forma mais enérgica, com participação mais incisiva nos andamentos políticos, sociais e culturais do país. Neste sentido, podemos destacar dois movimentos: a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Sociedade dos

Amigos de Alberto Torres (SAAT). A AIB foi fundada em 7 de outubro em São Paulo, por Plínio Salgado. Pouco mais de um mês após, em 10 de novembro, é fundada a SAAT. Entre seus fundadores e primeiros associados, encontramos nomes como Juarez Távora, Barbosa Lima Sobrinho, Humberto de Campos, Edgar Roquette-Pinto, Oliveira Viana, Rafael Xavier, Raul de Paula, Heloísa Alberto Torres, Roberto Marinho, Félix Pacheco, entre outros.

Ao analisarmos o perfil dos membros desta sociedade, percebemos que, notadamente, ela é marcada pela forte presença de intelectuais. Como exemplo, podemos citar o médico Edgar Roquette-Pinto, que também se destacou na Antropologia e na Radiodifusão brasileira (além das relações que manteve com as ideias eugênicas, sendo um dos organizadores do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, juntamente com Renato Ferraz Kehl, em 1929) e Heloísa Alberto Torres, filha de Alberto Torres, antropóloga de formação, que foi diretora do Museu Nacional entre 1938 e 1947, assim como fizera parte do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), criado em 1939, tendo como primeiro presidente o marechal Cândido Rondon. Além deste grupo, também há a participação de empresários do ramo jornalístico, como Roberto Marinho, vinculado às Organizações Globo, e Félix Pacheco, proprietário do *Jornal do Comércio*. Este jornal seria, inclusive, o grande meio de divulgação das ideias e das ações da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Não podemos também deixar de notar a presença e a vinculação com lideranças políticas. Um de seus fundadores é Juarez Távora (presidente da SAAT em 1936), que exerceu cargos políticos durante o Governo Vargas. Além disso, políticos como Miguel Couto e Antônio Xavier de Oliveira (também presidente desta sociedade), deputados pela Assembleia Constituinte de 1934, foram porta-vozes de ideias pregadas pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Entre estas ideias, constava a elaboração de uma política de controle mais rígido da imigração no país, projeto este que fora efetivado, com a adoção de medidas mais rigorosas que foram inclusas na Constituição de 1934. E que também estariam presentes após a implantação do Estado Novo.

Além destes movimentos, outros merecem também destaque. Devemos citar também o próprio movimento que fora liderado por Cassiano Ricardo, o Movimento Bandeira. Segundo Maria José Campos (2006, p. 144),

o Movimento Bandeira, além de contrapor-se à vertente integralista de Plínio Salgado, na década de 1930, ao congregar a maior parte dos outros integrantes verde-amarelos com outros intelectuais,

como Mário de Andrade e Monteiro Lobato, saiu em defesa de um certo nacionalismo que se opunha a todas as influências estranhas à vida brasileira. Nesse sentido, fazia a crítica não só do fascismo e da democracia liberal como da entrada no país do comunismo, considerado pelo movimento como incompatível com a índole pacífica e os fundamentos cristãos da sociedade brasileira.

Compreender estes movimentos e o momento histórico em que foram concebidos nos permitem vislumbrar com mais amplitude a dinâmica política e social que era então vigente. Ao mesmo tempo, é possível perceber que os movimentos nacionalistas brasileiros não formam um bloco homogêneo. Existem disputas de fundo ideológico em sua concepção, mas também de busca por espaço dentro da mecânica política nacional. Por uma questão prática, não iremos aprofundar esta questão dos movimentos nacionalistas. Nosso objetivo aqui é lançar luzes para termos um breve panorama que nos ajude a entender o momento histórico em que foi desenvolvido nosso objeto de estudo.

Conforme a referência de Maria José Campos, o Movimento Bandeira buscava, dentro de sua concepção ideológica e no seu programa político, basear-se e perpetuar apenas o que fosse essencialmente brasileiro, refulando as influências externas, sobretudo europeias. São justamente estes elementos do ideário desse movimento que permitiram uma aproximação com o Estado Novo. Ao mesmo tempo, podemos assim mapear que o pensamento nacionalista de Cassiano Ricardo já tinha uma modulação bem definida antes de sua interação com o regime estadonovista.

Porém, um elemento que queremos destacar é a interpretação por parte deste grupo intelectual de que a sociedade brasileira possui uma índole pacífica. Não entraremos no mérito da questão em si, mas convém aqui estabelecer uma relação deste pensamento com um elemento presente na obra *Martim Cererê*: a contraditória visão harmoniosa de Cassiano na relação entre índios e bandeirantes no Brasil colonial. Para melhor apreciarmos este ponto, passamos para um exame mais crítico dessa obra.

3.1 MARTIM CERERÊ: MOMENTO HISTÓRICO, ESCRITA E ANÁLISE

Com a primeira edição lançada em 1928, segundo o próprio Cassiano Ricardo, trata-se de um poema surgido em decorrência das propostas de estudo da cultura indígena como base de *autenticidade americana*, tema abordado frequentemente pelo grupo Da Anta, do qual participara a partir de 1926. Com ilustrações de Di Ca-

valcanti, o poema narra o surgimento da nação brasileira, baseada na relação entre três raças: brancos, indígenas e negros.

O personagem principal é Martim, homem branco, marinheiro, de origem lusa, que se enamora por Uiera, moça indígena. Como prova de seu amor, parte para a África e traz, na volta ao Brasil, a noite, aqui fazendo uma analogia aos negros que chegaram ao Brasil (e foram escravizados). Do amor entre Martim e Uiera nasceram gigantes. Estes gigantes representam a figura dos bandeirantes paulistas. No poema de Cassiano Ricardo, uma ênfase bastante incisiva é dada à contribuição dos bandeirantes no desbravamento e na ampliação do território brasileiro. Sem sua contribuição, o Brasil, nas palavras de Cassiano Ricardo, não seria uma nação operosa e rica.

Nove anos após o lançamento de seu poema, em 10 de novembro de 1937, o presidente Getúlio Vargas decreta o golpe que instaura um novo regime nos pais. Daquele momento em diante, o Brasil, através de seu governo, passa a buscar uma identidade autêntica. Para isso, é preciso valorizar os elementos autênticos do país. Assim os olhares governamentais se voltam para os grupos indígenas. É preciso também esclarecer que ações foram desenvolvidas pelas autoridades federais. Parte destas ações também estavam vinculadas com os interesses estadonovistas de incentivar um avanço econômico brasileiro para a região oeste do país. Porém, é preciso ter em mente que este olhar governamental não é destituído de intencionalidades e subjetividades. Para Seth Garfield (2000, p. 20-21),

no entanto, não só os motivos, como também o tom e o timbre destas homenagens aos índios variaram com o tempo. Se, por exemplo, o nativismo do século XIX teve como meta a separação de Portugal e a literatura romântica serviu para camuflar a instituição da escravidão africana, sob o regime Vargas a retórica indigenista transmitiu outras mensagens. Durante o Estado Novo, o Estado orquestrou ou promoveu um discurso indigenista que ecoava todas as questões proeminentes na política mundial da época: racismo, xenofobia e chauvinismo.

Se por um lado, retomar as raízes indígenas do país contribui para o arcabouço ideológico de sustentação cultural e educacional do novo regime, por outro lado também é utilizado como uma forma de desqualificar grupos étnicos de origem estrangeira. A questão indígena acaba sendo um elemento ambivalente na questão do nacionalismo e nas suas ações políticas.

Necessitando também referendar o regime e as ações por meio de um embasamento intelectual, poe-

mas como *Martim Cererê* se mostram contributivos para isso, pois também possuem uma conotação didática. Como havíamos mencionado anteriormente, um dos argumentos do Movimento Bandeira é que o povo brasileiro, em sua origem, é de natureza dócil. E referências a esta percepção são encontradas no poema de Cassiano Ricardo. Contudo, aí justamente reside uma crítica à obra, pois, ao afirmar essa ausência de conflitos, o autor também indica que tanto a escravidão por parte dos negros africanos quanto a dominação dos indígenas pelos portugueses foram aceitas de forma passiva. E sobre a questão indígena, essa passividade é ainda maior.

A figura do indígena presente no texto de Cassiano Ricardo está muito mais vinculada com a “imagem mítica” do indígena brasileiro, que, em linhas gerais, teria permanecido no passado. Essa construção também está vinculada com a própria percepção do indianismo brasileiro, que cria versões romantizadas do indígena. Ele é idealizado como o senhor das matas, forte, heróico, mas ao mesmo tempo possui uma curiosidade exacerbada. E essa curiosidade poder ser avaliada como algo ruim, como uma característica desqualificadora. Cassiano Ricardo ilustra esse pensamento, através da atitude do indígena Aimerê, a quem Uiara estava prometida em casamento. Estando a procura da noite, Aimerê acaba se encontrando com a Cobra Grande, que lhe diz que a noite está guardada dentro de um fruto de tucumã. A Cobra Grande entrega o fruto a Aimerê, mas lhe acautela de que não deve abrir o fruto antes do tempo determinado (RICARDO, 1962, p. 34). Porém, por conta de sua curiosidade em demasia, o indígena não conseguiu segurar o fruto de tucumã até o tempo determinado, abrindo-o. Além de acabar se perdendo, uma das consequências de sua curiosidade, conforme o poema, é a perda de sua noiva, Uiara, para o português desbravador. Uma interpretação para este trecho pode indicar que, neste caso, Uiara é uma analogia ao território brasileiro. O indígena acabou perdendo este território para o conquistador. Mas Cassiano Ricardo relativiza essa conquista, indicando inclusive que ela se constituiria benéfica para o nativo. Ao mesmo tempo, por conta de sua curiosidade e até mesmo inabilidade, a missão de expandir e cuidar do território passa a ser delegada ao homem branco, na figura do marinheiro português que se casa com Uiara, mas, principalmente, pelos filhos que surgem deste enlace, os *gigantes de botas*, uma alusão enaltecida aos bandeirantes paulistas.

Outra possibilidade analítica estabelece uma relação deste episódio citado com a alegoria bíblica da *perdição do ser humano*: segundo a passagem do texto do

Gênesis, foi por conta da incapacidade de obediência, representada pela ordem de não comerem do fruto da árvore central do Paraíso, que os males passaram a afligir a raça humana. Da mesma forma, a incapacidade de controlar-se (que pode ser compreendida como uma acusação de irracionalidade) causou males ao indígena, na alegoria do fruto de tucumã que fora aberto antes da hora. E assim como no caso bíblico, em que fora necessária a ação divina ao longo dos séculos para reconduzir os homens aos *caminhos divinos*, sobretudo com a vinda de Jesus Cristo ao mundo, para que o indígena não se perdesse totalmente, fez-se necessária a chegada de um salvador, ou seja, o homem branco de origem lusa. Essa possibilidade analítica aventada está muito mais vinculada com a inspiração e a construção da narrativa por parte de Cassiano Ricardo, do que propriamente como uma relação mais direta com uma diretriz religiosa, por exemplo, embora a mesma esteja presente em *Martim Cererê*. Exemplo disso é o casamento do marinheiro luso com Uiara, cuja cerimônia é realizada por um *jesuíta canário* chamado Anchieta (lembrando que o padre jesuíta José de Anchieta era natural das Ilhas Canárias). A presença dos missionários católicos na obra de Cassiano Ricardo é um indicativo de outro elemento importante para garantia da integração indígena ao Brasil (e ao projeto identitário nacional): a conversão ao cristianismo católico. Contudo, não iremos aprofundar essa possibilidade no momento.

Na percepção do autor, o isolamento dos grupos indígenas poderia representar um perigo para a unidade nacional, tal qual ocorria, segundo intelectuais e políticos brasileiros desde o final do século XIX, com os grupos étnicos das áreas de imigração. A ação do homem branco, com o destaque para o bandeirante paulista, representava justamente uma força integradora, capaz de garantir de forma robusta a soberania e a identidade primordial brasileira. Conforme o próprio Cassiano Ricardo (1940, p. 95), em seu livro *Marcha para Oeste*,

não obstante, a bandeira foi o terror dos índios e dos quilombolas, todas as vezes que aborígenes e negros queriam impedir a democracia étnica brasileira, de que ela era a imagem viva e integral. Isto é, toda vez que o choque se estabelecia entre raças diferentes, a bandeira era a força que reduzia tais quistos étnicos recalcitrantes a uma expressão comum, neutralizando a ação unilateral de um contra o outro.

Desse modo, podemos perceber que, embora o discurso empreendido seja de valorização indígena, alçando-o a um patamar de importância dentro do proje-

to de nação brasileira, na prática esse discurso está imbuído de um filtro valorativo, que vê nos grupos indígenas uma raça inferior. Sabendo-se a circulação de ideias e práticas de xenofobia constantes no período compreendido, é compreensível que, mesmo de uma forma diferenciada do que ocorrera com as populações de origem imigrante e seus descendentes, a revitalização da presença e da contribuição indígena para a sociedade brasileira está mais no sentido de se evitar quistos étnicos. Assim como ocorrera com imigrantes e descendentes de japoneses, italianos, alemães, sírios-libaneses, entre outros, eram necessárias ações para inserir os povos indígenas dentro do sistema social brasileiro pensado pelos intelectuais e pelas autoridades estadonovistas. Caso isso não ocorresse, estes grupos indígenas também seriam incluídos na lista de “nocivos” ao projeto de nação.

Ao mesmo tempo, alguns trechos de *Martim Cererê* indicam que, para uma organização profícua e edificante na nação brasileira, é preciso o estabelecimento de hierarquias, tanto do ponto de vista étnico quanto de organização prática da sociedade. E, nesse cenário, mais uma vez o indígena é colocado em um patamar subalterno. Vejamos o seguinte trecho do poema, intitulado *Luta contra o pirata*, contido em *Martim Cererê* (1962):

Então o índio, caçador de gaviões de penacho,
Pulou no reboliço da manhã: espera um pouco
Que eu já vou conversar com você;
“iara rama ae recê”!
Então o herói negro saiu da senzala
E indagou, com candonga na fala,
Que aves de arribação eram aquelas
Que entravam pela porta das baías
Como quem entra num salão em abandono
“Vassuncês tão pensano que isto aqui não tem dono?”
Então o luso, das glórias marinhas,
Formando a legião das três raças em cruz,
Encheu de chumbo e relâmpagos
O cano de seu arcabuz.
Catrapus!

Se analisarmos com atenção esse trecho, perceberemos que ele está delineado (e também delineando) em torno das três raças que estão inseridas no *mito fundante* da nação brasileira. Em um primeiro momento, a percepção que podemos ter, sem aprofundarmos a apreciação, é que, por ser colocado como o primeiro da escala, o indígena passa por uma valorização. Todavia, é preciso perceber o papel que cada agente social realiza nessa luta contra o inimigo externo, assim como as características da personalidade de cada um. Concomitante a isso, perceberemos mais uma vez a presença de uma estabilidade harmoniosa entre indígenas, negros e bran-

cos, que se unem contra um inimigo externo. Quem será esse inimigo? Aqui se podem estabelecer várias possibilidades. Embora não nos aprofundemos nesse aspecto mais detalhadamente, não podemos nos esquecer que Cassiano Ricardo e outros membros de seus grupos de intelectuais (tanto o Da Ana como o Movimento Bandeira) refutavam elementos estrangeiros na cultura e na identidade buscada para o Brasil. A partir daí, podemos elencar diversas possibilidades para o que ou quem representa o *pirata* em seu poema.

Mas retomando a análise do trecho do poema, vejamos como se desenvolve a atuação de cada agente social. Iniciemos pelo último elemento apresentado, o homem branco. Nesse trecho, Cassiano Ricardo exalta a figura do luso. Não nos esqueçamos que, nesse período, a literatura e o pensamento social e étnico brasileiro faz uma profunda reverência à figura do português na formação da identidade nacional, em detrimento a outros grupos étnicos. Inclusive, autores como Gilberto Freyre indicam que, sem um processo de nacionalização, elementos dessa cultura lusa estariam em ameaça no Brasil, como pode ser visto em sua obra *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*, publicada em 1942. Esse homem luso, descrito no poema, é adjetivado por sua ação de defesa ao país, por sua coragem e capacidade de ver o perigo e agir contra ele. Ao mesmo tempo, também faz referências a que é este homem branco que toma a frente dos rumos do Brasil, conduzindo-o. Referência anterior já vista no caso de Aimerê e o fruto de tucumã, quanto por conta de sua incapacidade de controlar a curiosidade, acaba se perdendo e perdendo sua noiva, que então se torna esposa do marinheiro luso. O fato de aparecer em terceiro na escala social do poema não indica uma qualificação subalterna, mas, ao contrário, por conta das ações que empreende, de expulsar o inimigo, é qualificado como o que lidera esse processo de construção nacional.

Sobre o papel do negro, o poema também transparece sua condição de escravo dentro do sistema social brasileiro. Mesmo sendo classificado como herói, na verdade, ele está subjugado a outro agente social: o homem branco. Isso fica perceptível no trecho em que ele pergunta ao invasor se esta terra não tem dono. Diante da estrutura poética que fora construída, pode-se pensar que esta referência equipara os três agentes constitutivos da nação brasileira em um mesmo nível de posse do território. Contudo, a citação também pode indicar que esta terra tem como dono o homem de origem lusa e seus descendentes. Apreciando a questão por este prisma, percebemos que o negro é colocado em uma posição imediatamente

inferior ao branco. Mas, ao mesmo tempo, ele é dotado de qualidades que indicam que está em uma categoria superior aos indígenas. Mesmo estando, em uma posição de escravo, em um primeiro momento, depois de liberto, dentro da estrutura social ele ainda parece ter maior visibilidade que o indígena. Mas essa percepção que aqui expomos (assim como as demais) é passível de outras interpretações e até mesmo objeções. E essa abordagem, por si mesma, exige análises mais aprofundadas (algumas já realizadas em trabalhos de outros pesquisadores, tanto na área da História quanto em outras disciplinas, como Sociologia e Antropologia), que não teremos como operar neste trabalho.

Sobre o agente indígena, embora seja o primeiro a ser elencado na tríade, seu papel pode ser visto como meramente passivo e, ao mesmo tempo, de ingenuidade. Quando o autor destaca que a atitude do indígena é de diálogo para com o outro (no caso, o invasor), ele pode passar uma ideia de capacidade de conciliação. Mas uma outra interpretação é possível. Se estabelecermos uma linearidade na construção do poema e dos argumentos apresentados por Cassiano Ricardo, esse trecho exemplifica novamente a incapacidade indígena de defender seu território diante das investidas externas. Estabelecendo uma conexão com a ideologia do Estado Novo, é preciso garantir de forma firme a soberania territorial, política, identitária e cultural brasileira. E, embora a presença indígena seja vista como um marco fundador e identitário, essa presença precisa ser amparada por dispositivos que lhe deem segurança. E essa segurança, alegorizada no poema de Cassiano Ricardo, é dada pela liderança do homem branco. Sendo assim, podemos dizer que o que interessa, de forma prática, para os ideólogos do Estado Novo, é uma apropriação dos aspectos indígenas colaborativos para uma identidade nacional mais enraizada. Mas isso não significa alçar os povos indígenas a um patamar de atuação dentro do cenário social brasileiro. Seu papel continua sendo de subalterno. E sua percepção ainda continua sendo idealizada. É como se, mesmo com as mudanças decorrentes do processo de colonização, a imagem que se tem dos povos indígenas brasileiros tivesse sido *congelada* no século XVI.

Sobre a hierarquização da sociedade, Cassiano Ricardo (1940, p. 3) afirma que “não é possível pensar em democracia sem a organização hierárquica da sociedade, que possibilita a utilização de todos os valores humanos pela capacidade viva de cada um e não pela igualdade abstrata, irracional ou estandardizada”. Mas, pelo que constatamos na escrita de algumas de suas

obras, como é o caso de *Martim Cererê*, alguns membros da sociedade brasileira parecem ter menos capacidade viva do que outros. Desta forma, eles precisam ser conduzidos por outros agentes sociais. Esse é o caso indígena. Eles estão a serviço da nacionalidade, mas não são agentes ativos desta mesma nacionalidade. Neste sentido, a obra de Cassiano Ricardo se aproxima das interpretações de Francisco José de Oliveira Vianna, um dos nomes de maior destaque do nacionalismo brasileiro, também atuante durante o período do Estado Novo. Para Oliveira Vianna, os indígenas, dentro da estrutura social, ocupam o lugar mais inferior. E, embora sejam considerados importantes no cenário fundante brasileiro, seu papel como agentes ativos é incipiente. Apenas por meio da mestiçagem com o homem branco é que poderiam, hipoteticamente, atingir um patamar mais significativo na sociedade. Mas este seria um fenômeno raro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo foi, ao longo deste texto, mesmo de forma sintética, possibilitar algumas considerações e reflexões acerca da construção da imagem do indígena brasileiro no poema *Martim Cererê*, assim como ela foi utilizada durante o regime do Estado Novo. Compreender quem é o autor, sua trajetória e o momento social, político, cultural em que escreve são pontos importantes para compreendermos as intenções, diretas e subjetivas, que estão no bojo de uma obra, assim como suas apropriações e ressignificações. Conforme aponta Valdeci Resende Borges (2010, p. 95),

no que se refere à instância da escrita ou da produção do texto, o historiador volta-se para saber sobre quem fala, de onde fala e que linguagem usa. Já ao focar o texto em si, o que se fala e como se fala são questões indispensáveis. No trato da recepção, visa abordar a leitura de um determinado receptor/leitor ou de um grupo de receptores/leitores, tratando das expectativas de quem recebe o texto, de sua contemplação, ou seu enfrentamento ou resistência a ele.

Autor e obra são perpassados pela circulação de ideias decorrentes do período histórico no qual estão inseridos. Isso estabelece relações, escolhas, ênfases, silenciamentos. Ao mesmo tempo, o autor e sua obra (ou obras) influencia aspectos culturais, sociais e políticos deste mesmo período histórico. É perceptível que as obras de Cassiano Ricardo tiveram impacto sobre o ideário brasileiro, sobretudo entre as décadas de 1920 e 1930, período de efusão e de ações mais incisivas em busca de uma identidade nacional para o Brasil.

O poema *Martim Cererê* permite análises que enfatizam aspectos diversos: a exaltação ao bandeirante paulista, a forma como o negro é retratado, as relações de caráter étnico, a presença indígena, entre outros. Nesse sentido, buscamos evidenciar alguns aspectos que mostram que Cassiano Ricardo, ao longo do seu poema, acabou contribuindo para uma perpetuação da imagem do indígena brasileiro como um elemento passivo dentro da sociedade. O que na obra pode ser visto como uma relação de harmonia, na verdade, pode indicar relações hierárquicas bastante veementes, em que o branco é visto como aquele que tem a capacidade de conduzir os destinos do país. Aos demais membros desta tríade, negros e indígenas, é destinado um papel de coadjuvantes. E mesmo assim com escalas diferenciadas.

Perceber como obras literárias, como no caso de *Martim Cererê*, são construídas e como são utilizadas, permite vislumbrar possibilidades significativas de análise e interpretação de diferentes campos da historiografia e de outras disciplinas. Neste caso, perceber como a questão indígena é abordada durante um período como o Estado Novo, quando se almejava formar uma identidade coesa e fortalecida do país, tende a contribuir tanto para a historiografia acerca das relações étnicas, assim como para os estudos sobre o nacionalismo e as ações nacionalistas empregadas no Brasil. Mas também contribuem significativamente para a chamada *Nova História Indígena*.

Conforme nos indica John Monteiro (2001, p. 2), um dos principais nomes responsáveis pela renovação historiográfica indígena,

o maior obstáculo impedindo o ingresso mais pleno de atores indígenas no palco da historiografia brasileira parece residir na resistência dos historiadores ao tema, considerado, desde há muito, como alçada exclusiva dos antropólogos. De fato, o isolamento dos índios no pensamento brasileiro, embora já anunciado pelos primeiros escritores coloniais, começou a ser construído de maneira mais definitiva a partir da elaboração inicial de uma historiografia nacional, em meados do século XIX.

Essa construção de uma historiografia nacional continua ao longo do século XX e do século XXI. Em diferentes períodos históricos destes dois séculos, sobretudo no século XX, o papel de determinados agentes históricos era percebido pelos historiadores com menor ou maior ênfase. Contudo, a questão de dar uma visibilidade maior para o papel ativo dos indígenas na sociedade brasileira ainda é muito recente. Desta forma, acreditamos que um dos caminhos profícuos para uma cons-

tante renovação da historiografia seja verticalizar o enfoque sobre a forma em que se dá a construção histórica dos diferentes agentes sociais. Com isso, são possíveis identificações mais complexas ao longo de diferentes recortes temporais e espaciais, assim como é possível estabelecer relações, comparações, levantar problematizações e redefinir caminhos.

O que aqui abordamos na verdade não se trata de um tema marcado pelo ineditismo. A própria análise das obras de Cassiano Ricardo, por exemplo, vem sendo realizada por historiadores, antropólogos e sociólogos, entre outros, já há muito tempo. Mas isso não invalida a intenção de colaborar com as reflexões acerca dos desafios da historiografia. Aqui indicamos o caminho da análise das obras literárias escritas entre as décadas de 1920 e 1940, período efervescente na cultura e na política brasileiras. São possibilidades, mas que podem oferecer contribuições profícuas para os variados rumos da historiografia brasileira. E um dos campos que podem ser significativamente beneficiados é a Nova História Indígena. Principalmente por conta do papel social que nós, historiadores, temos. Ainda mais em tempos em que as questões de hierarquia social, de conflitos étnicos e de interesses econômicos estão em plena ebulição. E, mais uma vez, a questão do papel do indígena na sociedade brasileira está nas rodas de discussões, não apenas nas pautas acadêmicas, mas nos gabinetes governamentais e espalhadas pelos mais diversos confins do território brasileiro. O tempo histórico é contínuo, mas algumas questões estão sempre presentes. E o papel do historiador está em compreender o passado para também contribuir com o presente. E a questão indígena necessita dessa contribuição.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Valdeci Rezende. História e literatura: algumas considerações. **Revista de História – UFG**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, jun. 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28658>>. Acesso em: 6 dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5216/rth.v3i1.28658>.
- CAMPOS, Maria José. Cassiano Ricardo e o “mito da democracia racial”: uma versão modernista em movimento. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 140-155, dez.2005/fev.2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13489/15307>>. Acesso em: 06 dez. 2016.
- FREYRE, Gilberto. **Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.
- GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 13-36, 2000. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-0188200000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 dez. 2016.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e historiadores:** estudos de história indígena e indigenismo. Tese de Livre-Docência (IFCH-Unicamp), 2001. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_c03870cc8a97c54987754fbfe7e71658/Details>. Acesso em: 06 dez. 2016.

NASCIMENTO, Alessandra Felisberto do. **A questão indígena no livro escolar no Estado Novo (1937-1945).** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Curso de Graduação em Pedagogia, Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, SC, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/86/1/Alessandra%20Felisberto%20do%20Nascimento.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Americanos:** representações de identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PINHO, Sílvia Oliveira Campos de. **Alberto Torres:** uma obra, várias leituras. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VCSA-8RGFA5/disserta__o_de_silvia_oliveira_campos_de_pinho.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 dez. 2016.

RICARDO, Cassiano. **Martim Cererê:** o Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis. 11. ed. São Paulo: Edições Saraiva, 1962.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste:** a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1940.

VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro.** 3. ed. São Paulo: Nacional, 1938. (Brasília; v. 10).